



BANCARINHO

Edição

872

14/03/2018 - ANO: XIX



CONTRAFUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

Caixa tem até o dia 31 para pagar a PLR

Pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a Caixa tem até o dia 31/3 para pagar a segunda parcela de Participação de Lucros e Resultados (PLR).

Conquistada em 2004 através da mobilização dos trabalhadores juntamente com os movimentos sindicais, a PLR é composta pela regra básica da FENABAN (90% do salário base), parcela social (2,2% do lucro líquido dividido pelo número

total de empregados e PLR Social, garantindo uma distribuição de 19% do lucro líquido para todos os trabalhadores da empresa.

A PLR Social é fruto da Campanha Nacional dos bancários de 2010 e desde 2011, é concedida aos empregados o total de 4% do lucro líquido que é distribuído linearmente entre os trabalhadores da instituição e que estão em conformidade com o Acordo Coletivo.

Votação da Cassi começa na sexta(16)

A Cassi(Caixa de Assistência aos Funcionários do Banco do Brasil), terá eleições para diretor(a) de Saúde e Rede de Atendimento e para novos representantes dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

A eleição começa no dia 16 e termina no dia 28 de março, para eleição de diretor(a) de Saúde e Rede de Atendimento e novos integrantes dos Conselhos Deliberativo (2 titulares e 2 suplentes) e Fiscal (1 titular e 1 suplente). Os eleitos terão mandatos de 1º de junho a 31/5 de 2022.

Quatro chapas estão disputando as Eleições e o Sindicato dos Bancários de Dourados e Região apoia a Chapa 1 – Em Defesa da Cassi. A realização das eleições se dará por voto individual, secreto e facultativo dos associados, observando-se as normas fixadas no Estatuto Social, neste Regulamento e no Edital de Convocação das Eleições.

Cerca de 15 mil, participam da abertura do FSM em Salvador

Mais de 15 mil pessoas de diversos lugares do mundo, religiões, costumes participaram nesta terça-feira 13/3, da abertura da 13ª edição do Fórum Social Mundial (FSM 2018) em Salvador, na Bahia. O Fórum Social Mundial promove o debate democrático entre experiências e ideias, além de facilitar a articulação de entidades e movimentos populares na construção de uma nova ordem internacional, menos opressiva e mais humanizada.

Projeto pode liberar agrotóxico na mesa do brasileiro

A bancada ruralista cada vez mais coloca as manguinhas de fora. Agora cobra a conta por ter salvado Temer das denúncias da Procuradoria-Geral da República.

Os parlamentares da bancada querem que acelere uma pauta que afeta diretamente a saúde do brasileiro: o processo de liberação de agrotóxicos.

A prioridade é aprovar um projeto de lei que acaba com o poder de veto de órgãos técnicos como a Anvisa e o Ibama no uso de componentes químicos no plantio de alimentos. Caso seja aprovado, o risco de doenças à população é enorme.

Pesquisa feita pelo Observatório da Indústria de Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná

revela que 20% dos produtos que aguardavam autorização para comercialização, continham substâncias cancerígenas. A maioria das substâncias é considerada causadora de más formações congênicas e outros danos à saúde.

Só em 2017, as indústrias de agrotóxicos movimentaram cerca de R\$ 30 bilhões, conforme o próprio setor. E pelas contas feitas pelas organizações Terra de Direitos e FIAN Brasil, junto com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), o país deixou de arrecadar pelo menos R\$ 1,3 bilhão com as isenções concedidas a esses produtos.

Estão isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e não recolhem praticamente nada de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em muitos estados.

BB abre concurso mas nega plano de saúde

A Resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Participações Societárias), editada pelo governo em janeiro, já começa a interferir negativamente na gestão do Banco do Brasil, negando direitos aos novos funcionários do banco. Na quarta-feira 7, foi publicado edital de concurso para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e capital federal.

Essa é uma das determinações da Resolução 23: proibir oferta de plano de saúde nos editais de concursos públicos das estatais, como o BB. Ou seja, se depender desse governo, os futuros bancários não terão direito à Cassi.